

## **TIPOLOGIAS DE PROJETO PARA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: O CASO DA GLEBA K DA FAVELA HELIÓPOLIS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Veridiana de Macedo Máximo (IC) e Viviane Manzione Rubio (Orientador)

**Apoio: PIBIC Mackenzie**

### **RESUMO**

Esta pesquisa discute sobre as tipologias para urbanização de favelas, bem como os programas governamentais aplicados para que fosse possível a realização das obras. Pretende-se compreender a respeito da origem dos assentamentos precários, em especial a favela no Brasil, suas causas e desdobramentos. Busca-se relacionar, também, as diferentes fases políticas transcorridas no país a partir do final do século XIX e como isso influenciou as políticas habitacionais. Um comparativo também é traçado entre as diferentes formas de desenvolvimento das favelas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e como isso foi tratado pelas políticas públicas. Outro importante ponto abordado são as múltiplas visões acerca da favela que transcorreram com o tempo – de problema a ser eliminado à intenção de integração com a cidade e urbanização. Por fim, toma-se como objeto de estudo a favela do Heliópolis na cidade de São Paulo, em especial a gleba K. Parte-se de um breve histórico de sua formação para que, em seguida, seja discutido as diferentes tipologias de projetos aplicados à área, afim de analisar a integração destes territórios com a cidade formal dos pontos de vista social e espacial, além de confirmar a influência que um projeto de habitação pode exercer para que o objetivo de integração cidade-favela seja atingido.

**Palavras-chave:** Assentamento precário, Favela, Urbanização.

### **ABSTRACT**

This research discusses the typologies for urbanization of favelas, as well as the governmental programs applied to make possible the accomplishment of the area. The aim is to understand the origins of precarious settlements, especially favelas in Brazil, its causes and developments. It also seeks to relate the different political phases that have taken place in the country since the end of the nineteenth century and how this has influenced housing policies. A comparison is also made between the different forms of development of the favelas in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo and how this was treated by public policies. Another important point addressed is the multiple visions about the favelas that have transpired over time - from a problem to be eliminated to the intention of integration with the city and urbanization. Finally, the favela of Heliópolis in the city of São Paulo, especially the area K is taken as a study object. It starts with a brief history of its formation so that the different typologies of applied projects can then be discussed, in order to analyze the integration of these territories with the formal

city from the social and spatial points of view, besides confirming the influence that a housing project can exert in order for the city-favela integration objective to be achieved.

**Keywords:** Precarious settlement, favela, Urbanization.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo dos assentamentos precários, do qual as favelas fazem parte, pode ser considerado um assunto em destaque, uma vez que a presença das favelas nas cidades tem seu espaço definido, não mais como um fenômeno passageiro, mas como uma alternativa real de moradia para a população.

A partir dos conceitos apresentados por Valladares (2005), a origem das favelas é destrinchada e compreendida desde o final do século XIX até a atualidade, passando pela cidade do Rio de Janeiro e São Paulo.

Busca-se relacionar, também, as diferentes fases políticas transcorridas no país a partir do final do século XIX e como isso influenciou as políticas habitacionais adotadas no âmbito dos assentamentos precários.

Assim, o trabalho tem como objetivo compreender a origem dos assentamentos e verificar os diferentes tipos de tipologia de projeto aplicados a área de estudo, a favela de Heliópolis, em especial a gleba K. Além disso, pretende-se verificar qual tipologia de urbanização integra a gleba k da favela de Heliópolis à cidade formal.

## 2. A FAVELA, UMA TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO NO BRASIL

Atualmente, no Brasil, argumenta Valladares (2005, p. 22), as favelas são consideradas como uma consequência dos padrões de urbanização, um fenômeno tipicamente urbano, porém durante a primeira metade do século XX, eram consideradas o “mundo rural na cidade”.

Para Valladares (2005, p. 24), o cortiço, outra tipologia de assentamento precário<sup>1</sup>, foi o principal objeto de preocupação daqueles que, no Rio de Janeiro no século XIX, estudavam a cena urbana e os personagens populares, já que era visto como um lugar propício para o crime e a propagação de doenças. Assim, o cortiço “era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades” (VALLADARES, 2005, p. 24).

Pode-se relacionar os cortiços com o início das favelas, uma vez que a demolição dos cortiços, iniciada pelo *Cabeça de Porco*<sup>2</sup>, dá impulso às ocupações ilegais nos morros no início do século XIX. No dia 26 de janeiro de 1893, segundo Paula (2008, p. 04) a cidade do Rio de Janeiro viu a demolição de seu maior cortiço: o Cabeça de Porco, que entrou para a história por ser o marco inicial no processo de transformação do tipo de moradia das camadas populares.

Ainda para Paula (2008, p.04), “o Cabeça de Porco foi o símbolo do que deveria ser extirpado do Rio de Janeiro, pois reunia todos os atributos que se chocavam com o ideal de urbanidade imaginada pelos encarregados de pensar a cidade”.

**Figura 1:** Capa da Revista Ilustrada de 1893 fazendo alusão ao cortiço



**Fonte:** Biblioteca Nacional Digital, 1893.

<sup>1</sup> Um assentamento precário pode ser definido como um “território urbano ocupado fisicamente de maneira não convencional, ou melhor, com uma ordenação espacial muito peculiar, que não obedece às regras colocadas pela legislação edilícia vigente na cidade, com níveis diversos de irregularidade jurídica em relação a propriedade da terra, onde fica evidente a precariedade e a insalubridade das edificações ali construídas”. (RUBIO, 2011, p. 29)

<sup>2</sup> O cortiço Cabeça de Porco era o maior encontrado na cidade do Rio de Janeiro, possuía habitações semelhantes as encontradas no Morro da Providência e contava com 2000 moradores na data de sua demolição em 1893

Com isso, na cidade do Rio de Janeiro, além de uma lei promulgada proibindo a construção de novos cortiços, o Prefeito Pereira Passos<sup>3</sup>, entre 1902 e 1906, promove uma reforma na cidade com vários objetivos, dentre eles o “de sanear e civilizar a cidade erradicando um sem-número de habitações populares” (VALLADARES, 2005, p.24).

Fez parte da reforma da cidade do Rio de Janeiro a construção da Avenida Central que, segundo Azevedo (2003, p. 48), além de apresentar toda uma infraestrutura técnica das mais desenvolvidas para os padrões brasileiros da época, com cabos de luz, fios de telefone e tubos de gás subterrâneos, também possuiu toda uma significação do progresso material como propiciador da civilização, como era típico entre as elites republicanas. Para que fosse possível a realização dessa obra, alguns locais da cidade, como o Morro do Castelo, foram demolidos.

**Figura 2:** demolição Morro do Castelo em 1904



**Fonte:** Instituto Moreira Salles, 1904.

A palavra “favela” segundo Valladares (2005) se tornou um substantivo deste tipo de ocupação durante a segunda metade do século XX, sendo assim, surgiu uma nova categoria para se referir a um hábitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas. Cabe ressaltar, no entanto, que o fenômeno favela surgiu antes da categoria, já que a ocupação do atual Morro da Providência, conhecido como Morro da Favella<sup>4</sup>, data de 1897 e a do Morro de Santo Antônio, de 1898.

---

<sup>3</sup> Prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, Pereira Passos foi responsável pelo processo de modernização da cidade

<sup>4</sup> Devido a sua ligação com a guerra de Canudos, o que pode ser verificado nos relatos de Euclides da Cunha em “Os sertões”, primeiramente, a planta “favella” originária do sertão baiano, assim como os soldados de Canudos se instalariam naquele Morro, com autorização do Ministério do Exército. A ocupação do Morro da Favella se inicia com os soldados, posteriormente pelos escravos alforriados.

**Figura 3:** Morro da Favela, atual Morro da Providência



**Fonte:** MALTA, 1920

*“A descoberta da favela foi logo seguida por sua designação como problema a ser resolvido”* (VALLADARES, 2005, p.36). Do ponto de vista de engenheiros e médicos, aquele ambiente era a fonte de males físicos e morais ao ser humano, dessa forma, a favela deveria ser extinta.

Nesse contexto, Augusto de Mattos Pimenta, membro do Rotary Club do Rio de Janeiro e o urbanista francês Alfred Agache propuseram soluções para as favelas da cidade. Ambos simpatizavam com o conceito do urbanismo moderno em que o princípio básico, de acordo com Valladares (2005), é a higiene e o embelezamento, a finalidade.

Em 1927, o arquiteto francês Alfred Agache, em seu plano para a remodelação e expansão da cidade, propõe a remoção das favelas, a título de transformação social, estética e higiênica. As favelas então passam a ser uma preocupação carioca e a remoção passa a fazer parte dos discursos, das propostas dos profissionais e do poder público (RUBIO, 2011, p. 75).

*“A revolução de 1930, que levou à ditadura de Getúlio Vargas, abriu, de fato, uma nova etapa nas representações sociais das classes populares e, por isso mesmo, das favelas”* (VALLADARES, 2005, p.49). A visão higienista persiste, porém se soma ao reconhecimento do fato da existência das favelas e necessidade de melhorar a qualidade de vida de seus moradores, “contrariando a solução única de sua destruição anteriormente proposta” (VALADARES, 2005, p. 52).

Já no final dos anos 1940, para Valladares (2005, p. 63) surge um novo tipo de conhecimento sobre a favela, os recenseamentos<sup>5</sup>, que passam a ser produzidos por organismos oficiais encarregados da coleta de dados.

---

<sup>5</sup> Estatística administrativa, periódica, que consiste em determinar, num momento específico, o número de habitantes de cada cidade, estado ou de todo o país, com a qualificação completa de cada um dos habitantes, indicando-se o sexo, nacionalidade, estado civil, etc.

Dessa forma, dados desconhecidos a respeito da favela são revelados e, a partir desse momento, “não será mais vista apenas como um problema de saúde pública, ordem urbana, estética e assistência social, será constituído um outro saber sobre seus habitantes quanto a: atividade, trabalho e profissões” (VALLADARES, 2005, p. 63)

**Tabela 1:** Percentual da população favela da cidade do Rio de Janeiro

ANO	POPULAÇÃO DAS FAVELAS	PROPORÇÃO DE FAVELADOS NA CIDADE
1950	169.300	7,1%
1960	335.000	10,2%
1970	554.300	13,0%
1980	628.170	12,3%
1991	882.483	16,4%
2000	1.092.958	18,7%

Fonte: GONÇALVES, 2013

Segundo Bittencourt (2012, p. 21) a inclusão da favela no censo nacional pode estar relacionada com as ligações que o governo Getúlio Vargas procurava estabelecer com algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1930.

Já no começo dos anos 1950, segundo Valladares (2005, p. 74), inicia-se um novo período de representações e conhecimentos sobre as favelas, que se entende até o final dos anos 1960. Durante esse período, há a valorização da favela enquanto comunidade e uma inauguração de um trabalho de pesquisa a partir dos métodos das ciências sociais.

Nesse cenário, segundo Valladares (2005, p. 74), ao contrário da política de Vargas<sup>6</sup>, o desenvolvimentismo marca a abertura do país às pressões maiores das relações internacionais, assim, para sair do subdesenvolvimento, voltaram-se as atenções para a cooperação internacional em matéria de ajuda à pobreza, além de especialistas estrangeiros tornarem-se bem-vindos. Também durante a década de 1960:

Diferentes fatores levaram, progressivamente, a uma nova política de intervenção pública, que comportava uma visão mais positiva da favela. De início, esta visão foi estimulada numa situação de grande ambiguidade. Na segunda metade dos anos 1960, durante o mandato do Governador Negrão de Lima<sup>7</sup> e a ditadura militar, de indiscutível orientação antifavelas, foi criada a CODESCO<sup>8</sup>. Um organismo público cuja

<sup>6</sup> Getúlio Vargas, que governou o Brasil entre 1930 e 1945, “representou a ampliação das bases de sustentação de uma política populista e autoritária” (RUBIO, 2011, p. 78).

<sup>7</sup> Negrão de Lima elegeu-se, em 1965, já sob o regime militar, governador do estado da Guanabara pelo Partido Social Democrático (PSD). (ABREU, 2001)

<sup>8</sup> A Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO), “visava manter os habitantes na favela, organizar sua participação nos trabalhos de remanejamento de seus espaços; assegurar a implantação das redes de infraestrutura (água, esgoto, eletricidade); fornecer pequenos financiamentos às famílias para melhoria ou reconstrução de suas casas; oficializar a ocupação dos terrenos pela venda aos residentes de lotes individuais” (VALLADARES, 2005 apud SILVA & SANTOS, 1969).

missão era manter as favelas, reestruturando a sua implantação e permitindo um maior acesso aos equipamentos e serviços públicos. (VALLADARES, 2005, p. 132).

Durante a década de 1970, para Rubio (2011, p. 01), o governo federal agia voltado para ações de remoção e provisão de habitações, sendo que estas eram conjuntos habitacionais em áreas distantes dos centros das cidades e da oferta de trabalho, além de não possuir infraestrutura adequada e dificuldades de acessibilidade.

Com a Constituição Federal de 1988 e a democratização do país, Rubio (2011, p. 44) ressalta que, a partir da década de 1980, ações para a urbanização de favelas entram na agenda da política nacional. Além disso, os assentamentos precários passam a se configurar em “uma alternativa habitacional frente à crescente e rápida urbanização brasileira”. (RUBIO, 2011, p. 28).

É somente a partir dos anos de 1990 que, segundo Rubio (2011, p. 48), algumas políticas passam a incorporar os princípios de Direito à Moradia e Direito à Cidade, principalmente na área de urbanização de favelas.

No início do século XXI, mais precisamente no ano de 2001 é regulamentado o Estatuto da Cidade. Este, para Rubio (2011, p. 59) representa um avanço para a política habitacional, já que se trata de uma reivindicação de setores da sociedade civil e dos movimentos populares de luta por moradia.

A lei do Estatuto da Cidade “define diretrizes que devem ser seguidas pelo município na elaboração da política urbana, de forma a garantir que sejam cumpridas as funções sociais e a gestão democrática da cidade, além de preservar o desenvolvimento do cidadão”. (RUBIO, 2011, p. 59).

A partir da criação do Ministério das Cidades, em 2003, é que a questão urbana passou a ser prioritária para o governo federal, além de questões relacionadas aos assentamentos precários. (RUBIO, 2011, p. 63).

Já no ano de 2007, com a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), “há o incremento no volume de recursos alocados para os programas de urbanização de favelas geridos pelos municípios” (RUBIO, 2011, p. 64).

Convém afirmar que é a partir da implementação do PAC que programas de urbanização são enfatizados na política habitacional do país e passam a orientar problemas e conflitos relativos à moradia. (RUBIO, 2011, p. 64).



## 2.1. A favela em São Paulo

Na cidade de São Paulo, segundo Rubio, (2011, p. 116) as primeiras favelas datam da década de 1940, a partir da instituição da lei do inquilinato, que incentivou os despejos e a busca por formas alternativas de moradia. Esse fenômeno foi intensificado pela onda de modernização da cidade prevista no Plano de Avenidas de Prestes Mais no final dos anos 1940<sup>9</sup>.

Segundo Rubio (2011, p. 119 apud França, 2009), as principais ações durante a década de 1950 eram no sentido da eliminação de favelas, o que dava origem a outra ocupação em outra área da cidade.

Para Rubio (2011, p. 119), em 1960, as favelas eram vistas como efeito do fluxo migratório da população que se dirigia à cidade em busca de melhores condições de trabalho. Para o poder público, nesse momento, as favelas eram um fenômeno social e passageiro, sendo que a atuação junto a elas de responsabilidade do setor social da prefeitura.

Segundo a mesma autora, na década de 1970 dados demonstram que a ideia de a favela ser um fenômeno passageiro não é uma realidade, já que 53% dos chefes de família das favelas residiam na cidade de São Paulo há mais de 5 anos. Isso contribuiu para uma mudança de visão acerca da favela, passando de um fenômeno passageiro para um fenômeno urbano. (RUBIO, 2011, p. 119).

Durante a gestão do prefeito Reynaldo de Barros, entre 1979 e 1982, os programas Pró-Água e Pró-Luz foram criados com o objetivo de implantar e regularizar o abastecimento de água e energia elétrica nos domicílios das favelas. Já em 1981, foi criado o Programa de Urbanização de Favelas – PROFAVELA, que atuava na implantação de saneamento básico, energia elétrica e sistema viário (RUBIO, 2011, p. 123).

Ainda durante o mandato de Barros, em 1979, segundo Rubio (2011, p. 123), o Movimento das Favelas de São Paulo fez reivindicações que chegaram ao prefeito, que propôs a doação de terras da Prefeitura para os moradores. Dessa ação resultou a formação da favela do Heliópolis no bairro do Sacomã.

Em 1983, quando Mario Covas assume a prefeitura de São Paulo, teve início a administração democrática. É criado o primeiro Plano Habitacional para a cidade, dando continuidade à política de implantação de infraestrutura na área de favelas, procurando atender a demanda por habitação de interesse social (SOUZA, 2012 apud FRANÇA, 2009).

---

<sup>9</sup> Diferentemente da cidade do Rio de Janeiro, no município de São Paulo as primeiras favelas já foram alvos de políticas de desfavelamento e construções de habitações distantes do centro. (RUBIO, 2011, p. 116).

Para Rubio (2011, p. 126), com a gestão do prefeito Jânio Quadros, a política do desfavelamento reaparece. Assim, duas favelas foram removidas em áreas valorizadas da cidade com o apoio da iniciativa privada.

Entre os anos de 1989 e 1992, Luiza Erundina assume a prefeitura do município de São Paulo. Com isso, foi fortalecida a premissa do planejamento como instrumento de gestão (SOUZA, 2012, p. 99).

Visando a regularização fundiária e a implementação de obras de infraestrutura, o Programa de Urbanização de Favelas da Prefeita Erundina se justifica na medida que 65% das favelas ocupavam áreas públicas, 18% terras particulares e 9% em terrenos mistos. (RUBIO, 2011, p. 127).

Segundo Souza (2012, p. 99), foi preparado um plano habitacional que possuía uma visão mais aprofundada do problema e um conteúdo programático dirigido a um conjunto de programas a serem implantados. Como parte do plano, o Mutirão, como ficou popularmente conhecido, “propunha projeto de atendimento habitacional em áreas precárias e que os próprios moradores construiriam suas moradias com o acompanhamento técnico da prefeitura”.

## **2.2. Os programas para urbanização de favelas em São Paulo**

Como já comentado, o Programa de Urbanização de Favelas, foi implementado por Luiza Erundina em 1989 na cidade de São Paulo. Para que isso ocorresse, segundo Rubio (2011, p. 127) o programa foi subdividido em quatro categorias: implantação de obras de infraestrutura por meio de mutirão, construção de unidades habitacionais por meio de mutirão, obras por empreiteira e obras de melhorias.

Já em 1993, Paulo Maluf lança o Programa de Melhoramento de Favelas – PROVER que tinha por objetivo a construção de unidades habitacionais verticalizadas na favela, que ficou conhecido como projeto Cingapura. Segundo Rubio (2011, p. 131), a construção de unidades habitacionais verticalizadas havia sido executada na gestão de Erundina e foi definida como a melhor opção.

A questão que diferencia o Projeto Cingapura da gestão anterior era o fato de que essas construções não foram aliadas a propostas efetivas de urbanização do restante das favelas, deixando trechos remanescentes precários e sem tratamento, e que eram invariavelmente ocupados em momento posterior as obras de construção. Além disso, a integração com a cidade formal não aconteceu efetivamente. (RUBIO, 2011, p. 131).

Em 2001, Marta Suplicy assume a Prefeitura de São Paulo e lança o programa Bairro Legal. Para Rubio (2011, p. 135), foi a primeira gestão que deu início a programas pautados no Estatuto das Cidades.

Como diretrizes, o programa continha a “urbanização de favelas, regularização fundiária em assentamentos precários, modernização das atuais unidades habitacionais construídas pelo poder público e a construção de novas unidades habitacionais” (RUBIO, 2011, p. 135-136).

Também na gestão de Suplicy, foi elaborado o Plano Diretor Estratégico (PDE)<sup>10</sup>, de acordo com o estabelecido no Estatuto da Cidade. Para Rubio (2011, p. 136), entre as novas posturas que orientaram a política habitacional do município estava a gestão descentralizada e democrática, que se reflete na gestão descentralizada de Subprefeituras.

Posteriormente à gestão de Marta Suplicy, José Serra esteve à frente da prefeitura entre 2005 e 2007. Segundo Rubio (2011, p. 147), Serra não criou novos programas, mas realizou ajustes contratuais e revisões orçamentárias nos programas já em andamento.

Já na gestão do Prefeito Gilberto Kassab, foi implantado o Sistema de Informações para a Habitação Social do Município (HABISP). Além desse convênio, a Secretaria de Habitação (SEHAB) firmou acordos com faculdades brasileiras e estrangeiras para a discussão de ideias. Já os recursos do PAC vêm sendo aplicados nas favelas do Heliópolis e Paraisópolis (RUBIO, 2011, p. 148).

### **2.3. A origem da favela do Heliópolis**

Segundo Souza (2012, p. 51), a favela do Heliópolis se situa na região Sudeste da cidade de São Paulo, no bairro do Ipiranga e se consolidou ao longo das últimas cinco décadas.

A origem da terra onde hoje se localiza a favela provem da família Penteado, que em 1923 loteou o local e solicitou o arruamento à Prefeitura. Entretanto, ainda na década de 1960, o local não era povoado. (SOUZA, 2012, p. 52).

Já na década de 1970, segundo Souza (2012, p. 55), foi implantado em São Paulo o projeto Vilas Provisórias, destinado a receber famílias de regiões onde seriam implantadas obras de melhorias na cidade. Em 1972, aproximadamente 150 famílias já viviam no local em que hoje se localiza a favela. A partir daí, segundo Souza (2012, p. 56) a área foi sendo ocupada e os locais livres foram sendo apropriados por novas moradias.

Valendo-se da necessidade por moradia e dizendo-se intermediários da Condessa Álvares Penteado para a venda de terras, surge a figura dos grileiros, que passaram a lotear e vender ilegalmente os terrenos de Heliópolis, acelerando o crescimento das construções no local. (SOUZA, 2012, p. 56).

---

<sup>10</sup> O Plano Diretor Estratégico visa “direcionar as ações dos produtores do espaço urbano, públicos ou privados, para que o desenvolvimento da cidade seja feito de forma planejada e atenda às necessidades coletivas de toda a população, visando garantir uma cidade mais moderna, equilibrada, inclusiva, ambientalmente responsável, produtiva e, sobretudo, com qualidade de vida”. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PMSP), 2014

**Figura 4:** Vila Heliópolis em 1940



**Fonte:** EMLASA, 1940

Vale notar que, em 1987, segundo Souza (2012, p. 59), a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB) obtém as terras de Heliópolis e divide a área em 14 glebas nomeadas de “A” a “N” como pode-se notar na figura abaixo.

**Figura 5:** Mapa de localização das 14 glebas



**Fonte:** SOUZA, 2012

## 2.4. A urbanização da favela do Heliópolis: destaque para a gleba K da favela do Heliópolis

A partir da análise de Souza (2012, p. 94) acerca de dois projetos de urbanização realizados na favela do Heliópolis, é possível compreender como se deram algumas alterações no tecido urbano da favela.

Já no ano de 1996, segundo Souza (2012, p. 94), o Programa de Verticalização de Favelas, também conhecido como Cingapura, foi posto em prática durante o governo de Paulo Maluf e trabalhou a inserção do uso misto, “o que propiciaria a manutenção do espaço remanescente desde que o projeto tivesse sido pensado de forma integrada com o restante”. (SOUZA, 2012, p. 94).

Durante o programa Cingapura, a construção habitacional foi padronizada e replicada, o que não garantiu a integração urbanística entre o antigo e o novo. Além disso, “os assentamentos precários passaram por modificações em sua morfologia, as quais romperam com o tecido original sem pré-análises do contexto em que se inseririam os novos projetos habitacionais”. (SOUZA, 2012, p. 112).

**Figura 6:** Conjunto habitacional Cingapura Heliópolis em 2017



**Fonte:** foto autoral, 2017

Por fim, segundo Souza (2012, p. 94), por meio do Programa de Urbanização de Favelas, foi projetado o Conjunto Habitacional 115 pelo arquiteto Hector Viglicca durante a gestão do Prefeito José Serra. Este foi descaracterizado pelos moradores residentes, apesar de permitir a integração dos edifícios com as áreas remanescentes.

Para Souza (2012, p. 126), percebe-se a intenção do arquiteto Vigliecca em integrar o novo e o antigo no projeto ao conectar a favela permitindo circulações internas aos condomínios, além de espaços de lazer coletivo semi-público.

É interessante notar que o morador do conjunto tende a se fechar em grades, o que prejudica essa conexão proposta pelo arquiteto. (SOUZA, 2012, p. 126).

**Figura 7:** Conjunto Habitacional 115



**Fonte:** SOUZA, 2012

Segundo Rubio (2011, p. 179), a gleba K está localizada entre os eixos viários da Avenida Almirante Delamare e a Rodovia Anchieta, em uma região com intensa atividade comercial e de prestação de serviços em meio a favela do Heliópolis.

A distribuição da gleba K, para Rubio (2012, p. 186), “não proporcionou a existência de nenhum elemento marcante em seu interior, nenhum ponto focal de interesse imediato. No entanto, o conjunto compõe uma forte unidade urbana”.

Entre os anos de 1989 e 1992 foi feito o Plano Global de Intervenção, que segundo Rubio (2012, p. 184), foi responsável pela implantação de infraestrutura de saneamento básico, drenagem de águas pluviais, construção de muros de contenção, pavimentação de ruas e construção de unidades habitacionais.

De acordo com Souza (2012, p. 94), em 1980 durante o governo da Prefeita Erundina, por meio do FUNAPS, popularmente conhecido como Mutirão, foi construído um conjunto de casas sobrepostas na gleba K que romperam com o desenho original da favela. Trata-se do Condomínio Delamare que “com o passar dos anos foi se modificando e as famílias adequaram os espaços construídos à realidade da favela”. (SOUZA, 2012, p. 106)

Esse projeto “ao mesmo tempo em que procura acompanhar o gabarito das autoconstruções, rompe com a morfologia original, uma vez que se encerra no lote, em um único condomínio”. (SOUZA, 2012, p. 103).

Na busca pela compreensão do espaço projetado, observa-se que o arquiteto, utilizando o gabarito mais baixo e a criação de acessos independentes, procura estabelecer a relação com a rua e as construções vizinhas, a cada eixo de entrada para as moradias (a cada duas moradias, um acesso). (SOUZA, 2012, p. 103).

**Figura 8:** Condomínio Delamare em 1992



**Fonte:** SOUZA apud Espallargas, 2012

Segundo Castilho (2013, p. 168) o Empreendimento Conjunto Habitacional Sabesp, do arquiteto Ruy Othake, possui um total de 29 blocos, sendo que 24 blocos são circulares. O objetivo do arquiteto com a forma circular foi permitir a iluminação e ventilação natural durante todo o dia. O Conjunto conta com área coberta de lazer sob os pilotis das torres circulares, além de áreas comunitárias ao centro dos blocos.

**Figura 9:** Conjunto Habitacional Sabesp em 2017



**Fonte:** foto autoral, 2017

O Condomínio Comandante Taylor, de acordo com Castilho (2013, p. 170) é composto por 23 blocos de edifícios para atender as famílias removidas de áreas de risco ou afetadas por obras. O Condomínio conta com um Centro Comunitário e Centro para Idosos, além de infraestrutura condominial.

**Figura 10:** Condomínio Comandante Taylor



**Fonte:** CASTILHO, 2013

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como Heliópolis sendo o estudo de caso, em especial a gleba K, foi possível notar as diferentes tipologias de projeto aplicadas à favela, sempre em consonância com as políticas habitacionais do período em questão.

Assim, diante da pesquisa bibliográfica e visita à favela do Heliópolis, nota-se que nem sempre o que deveria ser o objetivo principal de uma unidade habitacional em uma favela, a integração desta com a cidade, é tido como objeto de preocupação, uma vez que em certos casos a unidade se torna uma divisão entre a parte formal e informal da favela.



#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2001. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Negrao\\_de\\_Lima](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Negrao_de_Lima)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 10, p.39-79, maio 2003. Trimestral. Disponível em: <[http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-AndreAzevedo.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2017

BITTENCOURT, Danielle Lopes. "**O morro é do povo**": Memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1625.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017

CASTILHO, Juliana Vargas de. **A favelização do espaço urbano em São Paulo**: Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis. 2013. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-06082013-095903/pt-br.php>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: História e Direito. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2013. 408 p. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=XkkyDAAAQBAJ&pg=PT113&lpg=PT113&dq=recenseamento+favela+1940&source=bl&ots=GSumqOo3Mv&sig=lteYBssdHV-Fb52nsh\\_XOzMEEtM&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiz9ra4o6rVAhUDiJAKHYjWCGEQ6AEIUDAM#v=onepage&q=recenseamento+favela+1940&f=false](https://books.google.com.br/books?id=XkkyDAAAQBAJ&pg=PT113&lpg=PT113&dq=recenseamento+favela+1940&source=bl&ots=GSumqOo3Mv&sig=lteYBssdHV-Fb52nsh_XOzMEEtM&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiz9ra4o6rVAhUDiJAKHYjWCGEQ6AEIUDAM#v=onepage&q=recenseamento+favela+1940&f=false)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PAULA, Richard Negreiros de. Semente de favela: jornalistas e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República – o caso do Cabeça de Porco. **Cantareira**, Niterói, v. 3, p.1-23, jul. 2007. Semestral. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/cantareira/edic\\_passadas/v3/sementedefavela.pdf](http://www.historia.uff.br/cantareira/edic_passadas/v3/sementedefavela.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2017.

RUBIO, Viviane Manzione. **Projeto de Urbanização de Assentamentos Precários no Rio de Janeiro e São Paulo: um instrumento de construção da cidade**. 2011. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SOUZA, Vanessa Padiá de. **Heliópolis**: As intervenções públicas e as transformações na forma urbana da favela (1970 - 2011). 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/5991>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2005. 204 p.

**Contatos:** veri.mmaximo@hotmail.com

viviane.rubio@mackenzie.br